



## Diagnóstico Rural Participativo ODEMIRA

Análise da realidade agroalimentar em Odemira | 2022

**O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para Odemira** é um processo informativo, crítico, dialogante e capacitante, onde se analisa colaborativamente a situação actual do território, em particular naquilo que influi ou advém do sector agroalimentar, identificando forças, fraquezas, desafios e oportunidades do agro-território e dos agroecossistemas, com o objectivo de traçar um ou mais cenários para o Futuro Agroalimentar são e justo da região.

O projecto visa, em primeiro lugar, analisar a situação actual do território, em particular o sector agroalimentar, identificando, entre outros, as principais tensões e convergências entre os diferentes modelos agrários de Odemira e os limites naturais e sociais impostos pelos recursos, agroecossistemas e condições socioeconómicas e socioecológicas do território.

Em segundo lugar, ao recolher dados no território de forma participativa, pretende-se incentivar a imaginação colectiva dos cenários possíveis para um futuro agroalimentar da região que possa realizar os objectivos de desenvolvimento sustentável como definidos pela ONU (ODS 2: fome zero e agricultura sustentável), os princípios da justiça alimentar e ainda os imperativos impostos pelos desafios socioeconómicos e socioecológicos vividos em Odemira.

Por último, dando ouvidos ao repto da Comissão Europeia de “não deixar ninguém para trás” nas transições energéticas e agroalimentares sustentáveis que se impõem, este projecto visa dar voz a todas as pessoas que dependem dos sistemas agroalimentares do território, capacitando-as para tomar parte nas decisões.

Autores: **Lanka Horstink, Miguel Encarnação, Kaya Schwemmlin**

Grafismo: **Paulo Medeiros**





## Historial agrário do paleolítico aos dias de hoje

O percurso da agricultura em Odemira foi longo e sinuoso: desde os primeiros humanos caçadores-recolectores, há cerca de 50 000 anos, à chegada de povos neolíticos vindos da Mesopotâmia que praticavam agricultura de florestas abatidas-queimadas, há cerca de 8 000 anos. Nos tempos conturbados da Idade do Bronze o aumento populacional e a mineração causaram desmatação em larga escala e degradação do solo, alterando profundamente a forma de fazer agricultura. Até aos dias de hoje, alguns dos momentos mais marcantes para a agricultura de Odemira incluem os avanços tecnológicos na irrigação, nos equipamentos/ ferramentas e nos modelos culturais, como os advindos dos Fenícios, Gregos, Romanos e Mouros.

### Caçadores recolectores

Estudos arqueológicos mostram que os primeiros Homo sapiens chegaram à Europa há cerca de 50 000 anos. Nesta época pré-agrícola, os habitantes dispunham de uma exuberante abundância de animais selvagens, florestas prístinas, grandes pradarias e rios com água potável. A sua alimentação baseava-se essencialmente em carne de caça, peixe, marisco e produtos das florestas, como bolotas, frutos silvestres, cogumelos e mel, entre outras plantas comestíveis. Os humanos caçadores recolectores viveram em relativo equilíbrio com a Natureza, até à chegada dos primeiros colonos neolíticos, que trouxeram consigo uma cultura de agricultura e pastorícia.

### Neolítico > Idade do Bronze

A cultura neolítica surgiu na região da Mesopotâmia há cerca de 12 000 anos, mas só chegou à Península Ibérica há cerca de 8 000 anos. Acredita-se que a primeira forma de agricultura praticada na Península Ibérica foi a agricultura de florestas abatidas-queimadas. A cinza resultante garantia fertilidade para a sementeira de cereais durante 3 a 4 anos consecutivos. No fim do ciclo cultural os terrenos eram deixados em pousio até mais de 50 anos. Com o aumento da população, os períodos de pousio foram diminuindo, mas manteve-se um equilíbrio entre a actividade humana e a Natureza.

Foi só a partir da idade do Bronze (III milénio A.C.) que a desflorestação tomou um rumo irreversível que alterou drasticamente o modo de fazer agricultura. Por um lado, a população continuava a aumentar, e por outro iniciou-se a extracção de minerais para fazer ligas metálicas, o que requeria grandes quantidades de carvão vegetal. A consequente desflorestação levou à erosão dos solos e à diminuição da precipitação. Para continuar a sobreviver neste período desarborizado, os seres humanos tiveram de reinventar os sistemas agrícolas, passando a usar apenas as zonas mais férteis de aluvião (várzeas) para o cultivo de cereais e as encostas e montes para pastagem de animais domésticos. A fertilidade era assegurada pela introdução dos dejectos animais nas parcelas de cultivo. Neste período começou também o cultivo de culturas arbustivas como a oliveira.

### Romanização e arabização

Alguns milénios após a Idade do Bronze, os Romanos entraram na Península Ibérica. Terão encontrado as tribos Celtibéricas, nomeadamente os Lusitanos de entre Tejo e Douro. Existem evidências de que os Romanos transitavam pelo território de Odemira por ser uma zona de passagem entre dois importantes povoados, Lacobriga (Lagos) e Mirobriga (Santiago do Cacém). Os Romanos melhoraram tecnológica e culturalmente os sistemas agrícolas da idade do bronze, conseguindo alimentar um império com milhões de pessoas. À semelhança dos seus antepassados, cultivavam os cereais em terras muito férteis ou de aluvião (“ager”) e legumes, verduras, fibras e árvores de fruto em redor das casas (“hortus”). Este sistema só era possível devido à existência da pastorícia, que, através do estrume, fazia a transferência dos nutrientes das pastagens marginais e das florestas (“saltus” e “silva”) para os terrenos agrícolas. Esta prática primordial, a par dos pousios, foi o principal mecanismo de fertilização das terras na Europa ao longo dos milénios até praticamente à actualidade. Criaram ainda sistemas de irrigação por alagamento, baseados em canais que traziam a água de barragens e rios.

Os Romanos prosseguiram com a mineração e exportação de cereais, azeite e vinho para a capital, Roma.

A queda do império Romano deu lugar à chegada dos Visigodos, seguidos dos Mouros. Este último povo teve um impacto significativo, tanto em termos culturais como agrícolas. Os Mouros trouxeram novas práticas e culturas e desenvolveram os sistemas de irrigação, introduzindo a nora. No entanto, a agricultura não mudou estruturalmente, mantendo a essência dos Romanos, mas com alguns avanços tecnológicos, como o pomar de sequeiro Algarvio.

### Campanhas do trigo

No princípio do século XX, a descoberta do processo Haber-Bosch, usado para produção de adubos azotados de síntese, vem alterar por completo a forma de fazer agricultura. Rompe-se assim o princípio primordial da transferência de nutrientes, uma vez que a fertilidade podia ser produzida em fábrica. As campanhas do trigo dos séculos XIX e XX—fruto de políticas proteccionistas que visavam defender os agricultores da concorrência mundial e ao mesmo tempo assegurar a auto-suficiência do país—foram a materialização desta mudança. Sobretudo no Alentejo, duplicou-se neste período a área cultivada com trigo e expandiu-se a fronteira agrícola para zonas de pastagem “inultas”, nunca antes trabalhadas intensivamente, com a ajuda da fertilização com adubos inorgânicos importados. Odemira não foi excepção e rendeu-se à cerealicultura. Nos anos 70, com o advento da “Revolução Verde” consolidou-se definitivamente o modelo químico-mecânico: substituindo animais e força humana por tractores e máquinas; estrumes por fertilizantes de síntese; saberes ancestrais por agrotóxicos; e a economia familiar de proximidade por serviços e economia de mercado. Foi nesta época que se concluiu a construção da barragem de Santa Clara-a-Velha, e que os vastos campos acidentados de Odemira, agora extremamente degradados, foram abandonados por não haver mão de obra para ceifar terrenos onde não podem circular ceifeiras debulhadoras. Os cereais voltaram a ser produzidos nas zonas planas, e as zonas acidentadas converteram-se inicialmente em estevais e logo depois em eucaliptais. É neste período que desaparecem muitas quintas e herdades familiares.

### Portugal: da CEE aos dias de hoje

As transformações na agricultura e ruralidade de Odemira culminaram em 1986, quando Portugal entrou para a Comunidade Económica Europeia. Nesse momento acaba o proteccionismo das políticas do Estado Novo e Portugal fica exposto às dinâmicas dos mercados mundiais. Muda a configuração dos subsídios e, por conseguinte, também as culturas: os terrenos cerealíferos do interior são abandonados, ou convertidos em pastagem e eucaliptal. A Política Agrícola Comum (PAC) favorece as zonas irrigadas, subsidiando ao longo dos anos diferentes culturas adaptadas ao clima mediterrâneo para exportação.

A tendência de eucaliptização, o abandono do interior e a intensificação da área costeira mantêm-se até hoje. Poder-se-á dizer que o momento de mudança mais acentuado no sector agrícola do concelho deu-se a partir de 2010, altura em que os pequenos frutos (framboesa, mirtilo, amora e morango) começaram a ganhar expressão no perímetro de rega do Mira, mais uma vez alterando completamente a paisagem local. Esta dinâmica veio criar uma enorme procura por mão de obra agrícola. De tal forma que o concelho de Odemira foi o único concelho Alentejano cuja população cresceu, 13,5% em 10 anos, sobretudo com a entrada de imigrantes, que constituem actualmente 39% da população total.

Entretanto, a pequena agricultura familiar mais presente no interior, foi deixada desprotegida e desincentivada, com cada vez menos acesso a serviços públicos e transportes, estando condenada à obsolescência e ao abandono, com o risco de dar lugar a novas ou velhas formas de exploração do território, adaptadas à terra degradada como o eucaliptal ou os painéis solares.



8 000 AC



200 AC



1900 DC



2 000 DC



## Metodologia DRP

Os objectivos principais do Diagnóstico Rural Participativo de Odemira são de avariar de forma colectiva os principais desafios, tensões e convergências que podem ser identificados no agro-território de Odemira, bem como revelar os factores contributivos subjacentes. Para tal foi desenhada uma metodologia inspirada na tradição da Investigação-Ação. Esta escola de investigação é particularmente adequada ao estudo de problemas em comunidades em situações de vulnerabilidade e/ou conflito. Os seus métodos são mais sensíveis à situação e às percepções das pessoas no território em questão, e suscitam uma reflexão mais profunda sobre os problemas da região. Os métodos escolhidos para o estudo de Odemira foram: o estudo documental (publicado sob o título 'Caracterização social, económica, ambiental, institucional, geográfica e política de Odemira'), o Diagnóstico Rural Participativo e a Ferramenta para Avaliação do Desempenho Agroecológico (TAPE, na sigla inglesa), recentemente desenvolvida pela FAO. Foram contactados 87 actores de diferentes sectores de Odemira, classificados segundo as tipologias apresentadas na tabela:

PRODUTORES	OUTROS ACTORES-CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores convencionais</li> <li>• Produtores biológicos</li> <li>• Produtores tradicionais</li> <li>• Produtores agroecológicos / proto-agroecológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações ou ONGs</li> <li>• Cooperativas</li> <li>• Colectivos ou redes</li> <li>• Governo local, regional ou nacional</li> <li>• Instituições do sector público</li> <li>• Academia</li> <li>• Escolas / Educadores / Formadores</li> <li>• Empresas agroalimentares</li> <li>• Outros actores</li> </ul>

### O que é o Diagnóstico Rural Participativo?

O DRP é um conjunto de ferramentas que permite analisar a situação de uma comunidade ou região rural com a população, estimulando o seu pensamento crítico e empoderamento. Um DRP inclui tipicamente, mas não se limita a:

1. Diagnóstico individual e colectivo de zonas rurais e agrícolas, recursos naturais e práticas agrícolas;
2. Avaliação colectiva de instituições socioeconómicas, culturais e políticas de apoio à comunidade;
3. Identificação colectiva de problemas no agro-território e factores limitadores e facilitadores na produção agrícola.

As ferramentas de recolha de dados incluem a observação participativa, entrevistas semi-estruturadas, criação colectiva de mapas de produção, comerciais, comunitários, diagramas e matrizes; sectores realizados em terras agrícolas; e análises de género.

### TAPE - Ferramenta para Avaliação do Desempenho Agroecológico

Foi concebida por 70 organizações activas na agroecologia, sob a coordenação da FAO para contribuir para criar sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis e resilientes. A TAPE assenta em quadros de avaliação simples, transversais, abrangentes e relevantes. Permite obter dados consolidados sobre práticas e desempenho agroecológicos em cinco dimensões de sustentabilidade – ambiente, social e cultural, económico, saúde e nutrição, e governação – segundo 10 critérios de sustentabilidade que são apresentados na tabela abaixo. Neste estudo a TAPE foi aplicada a 16 quintas com diferentes tipologias e características.

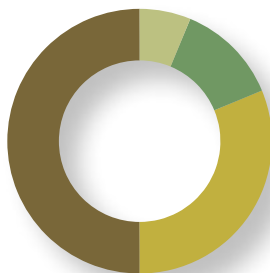
## Caracterização da Transição Agroecológica (CTAE)

Critério / Indicadores	O que mede
<b>DIVERSIDADE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Culturas</li> <li>• Animais (incl. peixes e insectos)</li> <li>• Árvores (e outras plantas perenes)</li> <li>• Diversidade de actividades económicas, produtos e serviços</li> </ul>	A diversidade em termos de diversificação (espacial e temporal) de espécies animais e vegetais, bem como de serviços.
<b>SINERGIAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração culturas-pecuária-aquacultura</li> <li>• Gestão do sistema solo-planta</li> <li>• Integração com árvores (agrossilvicultura, silvo-pastorilismo, agrossilvopastorilismo)</li> <li>• Conectividade entre elementos do agroecossistema e a paisagem</li> </ul>	O nível de integração de diferentes actividades agrícolas (culturas, animais domesticados, plantas perenes, solo, água e outros componentes), prestando assim serviços ecossistémicos.
<b>EFICIÊNCIA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de factores de produção externos</li> <li>• Gestão da fertilidade do solo</li> <li>• Gestão de pragas e doenças</li> <li>• Produtividade e necessidades domésticas</li> </ul>	As práticas agrícolas que aumentam a produção utilizando menos recursos, reduzindo assim a necessidade de recursos externos. Estas práticas devem basear-se em processos biológicos e na reciclagem da biomassa.
<b>RECICLAGEM</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reciclagem de biomassa e nutrientes</li> <li>• Poupança de água</li> <li>• Gestão de sementes e raças</li> <li>• Uso e produção de energia renovável</li> </ul>	A reciclagem dos recursos dentro do agroecossistema, seja biomassa, água, sementes, ou energia
<b>RESILIÊNCIA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabilidade de rendimentos/ produção e capacidade de recuperar de perturbações</li> <li>• Mecanismos sociais para reduzir a vulnerabilidade</li> <li>• Resiliência ambiental e capacidade de adaptação às alterações climáticas</li> <li>• Pontuação média do critério 'Diversidade'</li> </ul>	A capacidade de resistir e recuperar de choques de mercado, políticos e climáticos e manter uma produtividade e rendimentos estáveis. Isto é conseguido através da diversificação e complexificação dos agroecossistemas.
<b>Critério / Indicadores</b>	<b>O que mede</b>
<b>CULTURA E HÁBITOS ALIMENTARES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dieta adequada e consciência nutricional</li> <li>• Identidade e consciência local ou tradicional (campesã/ indígena)</li> <li>• Uso de variedades/ raças locais e conhecimentos tradicionais para a preparação de alimentos</li> </ul>	A capacidade da família agrícola de manter um equilíbrio entre alimentação saudável, diversificada e culturalmente apropriada e a preservação do ecossistema, assegurando assim a segurança alimentar.
<b>CO-CRIAÇÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mecanismos sociais de criação e transferência horizontal de conhecimento e boas práticas</li> <li>• Acesso ao conhecimento agroecológico e interesse dos produtores pela agroecologia</li> <li>• Participação dos produtores em redes e organizações populares</li> </ul>	As inovações agroecológicas que melhor respondem aos desafios locais e que são criadas de forma participativa.
<b>VALORES HUMANOS E SOCIAIS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empoderamento das mulheres</li> <li>• Trabalho (condições produtivas, desigualdades sociais)</li> <li>• Empoderamento da juventude e emigração</li> <li>• Bem-estar animal (se aplicável)</li> </ul>	Em que medida a exploração agrícola protege e/ou aumenta as condições de vida das comunidades rurais.
<b>ECONOMIA CIRCULAR E SOLIDÁRIA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos e serviços comercializados localmente (ou com comércio justo)</li> <li>• Redes de produtores(as), relacionamento com consumidores(as) e presença de intermediários</li> <li>• Sistema alimentar local</li> </ul>	A ligação entre produtores e consumidores através de cadeias de abastecimento curtas, garantindo um bom rendimento aos agricultores e um preço acessível aos consumidores.
<b>GOVERNANÇA RESPONSÁVEL</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empoderamento dos produtores(as)</li> <li>• Organizações e associações de produtores</li> <li>• Participação de produtores na governança da terra e dos recursos naturais</li> </ul>	Medidas transparentes, responsáveis, inclusivas, e mecanismos de governação eficazes, tais como o empoderamento dos produtores e os direitos de decisão.

## Resultados dos levantamentos

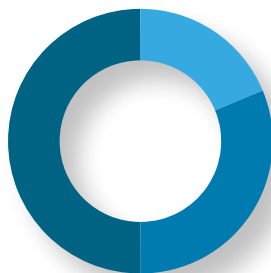
Para o presente estudo foram entrevistados um total de 16 agricultores(as) que se encaixam em quatro tipologias (produtor(a) convencional/ industrial, biológico certificado, tradicional e agroecológico). A recolha dos dados foi realizada recorrendo a uma entrevista in-situ e visita às áreas de produção para auxiliar a recolha de dados. Devido à falta de produtores em modo de produção biológica certificada na área, esta tipologia foi combinada com a tipologia agroecológica e renomeada de “proto-agroecológica”. Dos critérios adicionais de selecção, os que mais se destacaram na nossa amostra final foram estatuto legal, localização/ região, tipologia de produção, e dimensão da quinta.

### Estatuto legal



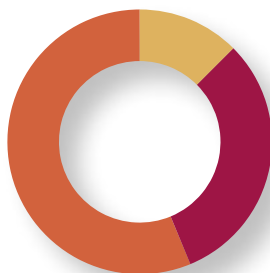
- Nome individual
- Empresa Lda / Soc. anónima
- Informal
- Associação

### Região



- Zona interior
- Zona intermédia
- Zona Costeira

### Tipologia



- Tradicional
- Proto-agroecologia
- Convencional / industrial

### Dimensão



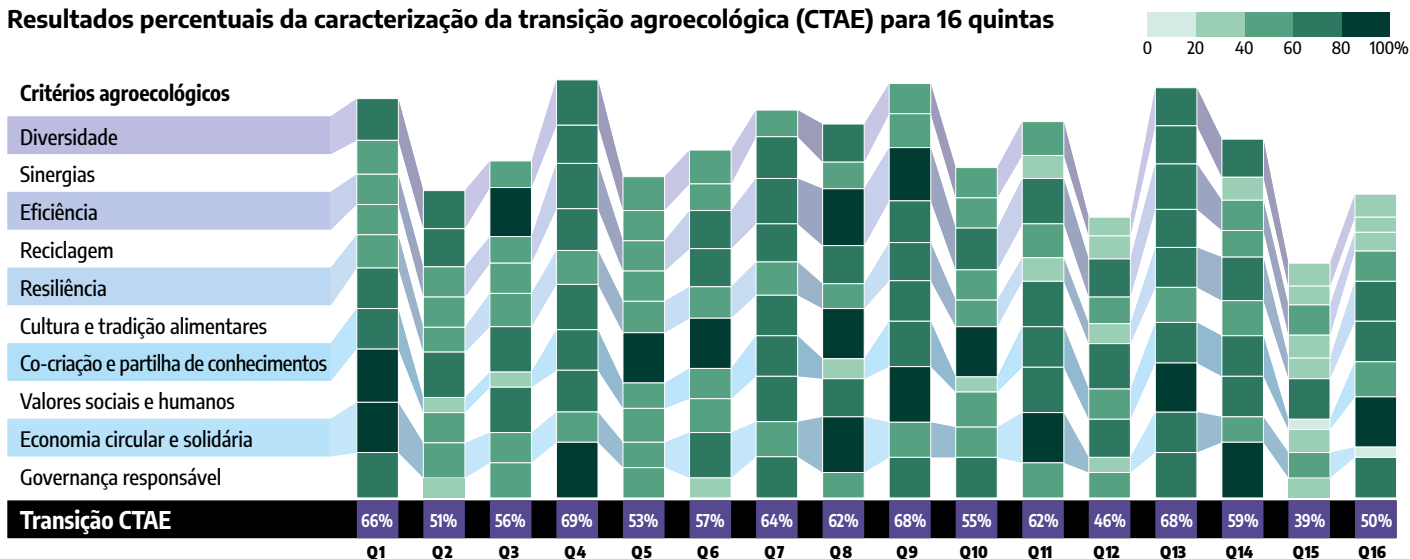
- > 100 hectares
- 30 - 100 hectares
- < 5 hectares
- < 1 hectare

A localização da quinta (zona litoral, zona intermédia, zona interior) foi um dos mais fortes indicadores para explicar as diferenças nas diferentes dimensões da sustentabilidade entre as quintas. Isto porque: a zona litoral representa um local privilegiado para empresas multinacionais; a zona intermédia é onde se situa a maioria da população e serviços (S.Teotónio, Odemira, S. Luís); e a zona interior, situando-se a leste da zona intermédia, é a mais desertificada em termos de população, solo e clima. No que diz respeito ao sistema produtivo, a maioria dos agricultores trabalhava em sistemas agro-pastoris e agro-silvo-pastoris, ou sistemas hortícolas ou horto-frutícolas. Já os sistemas puramente agro-florestais e aráveis apresentaram apenas 1 representante cada. A integração de animais no sistema foi quase maioritária, sendo as pastagens permanentes uma realidade constante. Da mesma forma, a maioria dos agricultores optaram por cultivar árvores frutíferas para consumo familiar. De forma menos positiva, a área reservada pelos agricultores para a vegetação natural nas suas quintas era muitas vezes residual. Sendo que a soma da área total de vegetação natural encontrada foi sete vezes menor que a soma da área total da produção agrícola e cinco vezes menor do que a soma das pastagens permanentes. As principais produções florestais encontradas foram o eucalipto e o sobreiro, sendo que a maioria das pessoas entrevistadas, devido à prática de aluguer das terras, não possui o direito de exploração das árvores. A distribuição de género foi principalmente a favor dos produtores masculinos (como esperado numa região com muitos agricultores tradicionais). No entanto, cinco das dezasseis explorações eram geridas ou co-geridas por mulheres, representando todas as tipologias. A maioria das pessoas entrevistadas davam como principal destino da produção a venda, mas guardando uma pequena parte para consumo familiar. Porém, para alguns produtores a sua única vocação era a venda, enquanto três produtores visavam principalmente o consumo familiar, vendendo apenas alguns excedentes. Em relação à mão de obra agrícola, a maioria das quintas contratava entre um a quatro trabalhadores e apenas duas empregavam vinte ou mais trabalhadores agrícolas. Notou-se, porém, que uma franja significativa das quintas (nomeadamente das tipologias tradicional e protoagroecológica) dependia exclusivamente de mão-de-obra familiar, enquanto as outras empregavam trabalhadores externos.



As 16 quintas foram avaliadas segundo os seus resultados nos dez critérios da ferramenta TAPE, calculados pela resposta a três ou quatro indicadores para cada critério, obtendo assim resultados individuais para cada critério bem como uma pontuação final que mede o nível de transição para a agroecologia de cada quinta (Caracterização para a transição agroecológica ou CTAE). A tabela abaixo apresenta a pontuação CTAE para as 16 explorações agrícolas. Os resultados da CTAE foram depois cruzados com os critérios de selecção (e.g., localização geográfica, género, sistema produtivo, tipologia, área de produção, etc.).

## Resultados percentuais da caracterização da transição agroecológica (CTAE) para 16 quintas



Observamos que, embora nenhuma das quintas tenha obtido uma pontuação máxima ou muito elevada, **as pontuações mais altas podem ser encontradas entre as quintas classificadas como proto-agroecológicas**. Este é um forte argumento para converter os sistemas de produção para agroecologia ou proto-agroecologia, uma vez que as práticas agroecológicas favorecem intervenções em todas as dimensões do sistema alimentar e agrícola. Adicionalmente, **dois dos agricultores tradicionais obtiveram pontuações muito elevadas**, representando um deles a quinta com a maior pontuação. Trata-se de uma equipa (pai e filho) que trabalha dentro de um sistema agro-silvo-pastoril, com grandes áreas para pastagens extensivas combinadas com áreas para a produção de culturas em rotação, olival e produções florestais (eucalipto e cortiça). Esta combinação favorece solos mais saudáveis (fertilizados por animais) o que, por sua vez, aumenta a produtividade e a qualidade de vida. Estes agricultores apresentavam também uma dieta muito boa, combinando a sua própria produção com produtos comprados com os seus rendimentos.

O agricultor com a pontuação mais baixa era um agricultor tradicional em grande esforço, localizado no litoral. Este agricultor tinha grande dificuldade em antecipar a procura e sofria com a concorrência de grandes empresas agro-industriais da região. O seu solo estava severamente degradado e, embora consciente das boas práticas, este agricultor não tinha qualquer possibilidade de as implementar, uma vez que trabalhava sozinho, recorrendo por isso a práticas de estilo industrial, degradando ainda mais o seu solo e aumentando a sua necessidade de irrigação. A terra deste agricultor não tinha cobertura arbórea, vegetação natural, ou presença de árvores florestais. Ele ainda praticava uma má rotação de culturas e não conseguia integrar satisfatoriamente animais na sua produção agrícola.

As explorações que apresentaram pontuações intermédias foram distribuídas quase igualmente entre a zona costeira, a zona intermédia e a região interior. Duas eram grandes agricultores/ empresas convencionais, enquanto as restantes eram agricultores tradicionais. Estes **resultados sublinham novamente a importância das práticas e conhecimentos agrícolas, independentemente das condições agrícolas, de capital e de infra-estruturas**. Embora os dois agricultores convencionais tivessem os meios para melhorar a sua sustentabilidade em todas as dimensões para além do nível satisfatório, não o conseguiram ou quiseram fazer, enquanto que os agricultores tradicionais conseguiram pontuações médias apesar das suas vulnerabilidades e desvantagens.

**Dois dos critérios de selecção revelaram diferenças significativas entre produtores**. Os gráficos abaixo mostram os resultados dos produtores(as) nos dez critérios da TAPE agrupados segundo a localização geográfica e a tipologia.

### Resultados da CTAE por Zona



### Resultados da CTAE por Tipologia



**Quanto às diferenças observadas segundo a localização geográfica, os agricultores da zona litoral mostraram um elevado grau de transição em apenas duas categorias de sustentabilidade**, Governança Responsável e Resiliência. O seu sucesso nestes critérios pode ser explicado pelo facto de os produtores(as) da zona litoral serem geralmente orientados para as vendas/ exportação de produtos de elevado valor, receberem a maioria dos subsídios e benefícios fiscais nacionais/ europeus, terem apoio político do governo, e estarem conectados com redes de produtores com muito bom acesso a conhecimentos e investigação científica. Estes produtores têm poder e controlo sobre os seus direitos humanos, sociais, económicos e políticos (também numa perspectiva de género). Em termos de resiliência, a maioria destes produtores tem um rendimento estável, uma produção estável, e um fácil acesso ao crédito, o que lhes confere uma maior capacidade de recuperação após qualquer perturbação.

**No entanto, as quintas do litoral tiveram uma pontuação mais baixa do que as outras regiões na maioria das outras categorias**: Sinergias, Economia Circular e Solidária, Eficiência e Reciclagem, e, embora menos significativamente, Diversidade, Valores Humanos e Sociais, e Cultura e Tradição Alimentar. Quanto às Sinergias, os produtores(as) litorais não integram animais na sua produção agrícola e as árvores são principalmente utilizadas como zonas de transição, não integradas na produção. Com estas práticas, perdem a oportunidade de interligar elementos no sistema de produção, o que poderia melhorar a fertilidade do solo e a retenção de água, indicadores sobre os quais os agricultores nas zonas intermediárias e interiores tendem a pontuar bastante bem (Eficiência). Os produtores(as) do litoral também obtêm a maioria dos seus factores de produção do mercado nacional e internacional e utilizam uma maior quantidade de factores de produção não orgânicos, em contraste com as explorações agrícolas das zonas interior e intermédia, muitas das quais tendem a obter a maior parte dos seus insumos na exploração ou de vizinhos. Favorecem também as monoculturas, contrastando com a diversidade introduzida pelos agricultores do interior e das zonas intermédias nos seus sistemas. Em termos de economia, os produtores(as) do litoral são orientados para a exportação. Não têm qualquer ligação com os seus consumidores, ao contrário dos agricultores das outras zonas geográficas (particularmente da zona intermédia). Do mesmo modo, sentem-se menos ligados à comunidade e às tradições culturais e alimentares locais. Finalmente, os produtores(as) do litoral evidenciam um fosso social e económico mais significativo entre proprietários de terras e trabalhadores agrícolas, controlando a relação e condições de trabalho.

Apesar de os agricultores(as) nas zonas intermédias e interior terem pontuações muito semelhantes, **os agricultores da região intermédia têm uma ligeira vantagem porque têm melhor acesso a infraestruturas e mercados e uma ligação mais organizada com as suas comunidades**. Os agricultores da zona interior tendem a sofrer mais com o envelhecimento e o isolamento num território cada vez mais desertificado. Por outro lado, **o seu isolamento favorece a geração de factores de produção na exploração agrícola (tais como fertilizantes naturais) e uma maior diversidade de animais, árvores e culturas**. Estas explorações agrícolas também tendem a utilizar técnicas que poupam mais recursos. Isto prova mais uma vez que **a sustentabilidade pode ser alcançada**



**independentemente das condições difíceis de algumas explorações agrícolas, embora sejam necessários mecanismos socioeconómicos para combater a pobreza, o isolamento, e a marginalização.**

Quanto às diferenças observadas entre as tipologias, observamos que **os agricultores(as) tradicionais têm bons resultados em termos de Cultura e Tradição Alimentar, Reciclagem, Eficiência, Sinergias, Diversidade, e Valores Humanos e Sociais.** Têm pontuações superiores às dos produtores convencionais em seis critérios. No entanto, os produtores(as) convencionais ultrapassam-nos em quatro critérios: Resiliência, Governança Responsável, Valores Sociais e Humanos, e Co-criação e Partilha de Conhecimento. Este resultado corresponde ao discutido acima: **os produtores(as) convencionais** (que são também do litoral) **têm os meios e recursos para mobilizar redes, criar parcerias, aceder ao conhecimento e à tecnologia, e controlar a relação e as condições laborais, enquanto que podem contrariar os impactos das alterações climáticas com o acesso ao capital.** Os agricultores tradicionais estão geralmente a envelhecer, mais isolados, sem acesso a redes ou plataformas, sofrendo de piores condições de trabalho do que as outras tipologias, ao mesmo tempo que têm frequentemente uma situação mais precária de propriedade da terra. Estes **são politicamente os mais marginalizados e ameaçados** de todos os agricultores da região, com pouca capacidade para melhorar a sua situação.



Em contraste, **as explorações agrícolas proto-agroecológicas detêm as pontuações mais elevadas em geral.** Embora um pouco menos resilientes e com menos controlo da gestão da terra e dos recursos de que os agricultores convencionais, são as mais fortes de todas as explorações agrícolas entrevistadas em sete das dez categorias: Diversidade, Sinergias, Eficiência, Reciclagem, Co-criação e Partilha de Conhecimento, Valores Humanos e Sociais, e Economia Circular e Solidária. Embora haja margem para melhorias, por exemplo, uma melhor integração dos animais no sistema de produção e uma melhor escolha da diversidade de culturas, este tipo de produção é a mais consistente e promissora na obtenção de uma transição bem-sucedida para sistemas agrícolas ecológicos sustentáveis.

A análise dos resultados para cada indicador (de um total de 36 indicadores para os dez critérios de sustentabilidade) foi muito revelador das forças e fraquezas dos sistemas agrícolas em Odemira. **Todos os produtores apresentavam fragilidades nos seguintes indicadores: a diversidade de animais; diversidade de actividades económicas, produtos e serviços; produção de energia renovável; e (pertença a) organizações e associações de produtores.** Apesar de a maioria das explorações ter animais, geralmente possuem apenas uma ou duas espécies, e um número pouco significativo de animais. A baixa diversidade de actividades económicas indica uma forte especialização da produção e uma baixa diversidade de actividades e infraestruturas complementares à produção agrícola, como a transformação de produtos, o agro-turismo ou oferta de cursos

na quinta. De igual forma, a produção e uso de energia renovável foram quase residuais nas quintas entrevistadas, cingindo-se ao aproveitamento de lenhas para aquecimento. Há ainda **uma falta crónica e chocante de organizações ou associações de produtores que dêem apoio à agricultura proto-agroecológica e tradicional:** vários agricultores expressaram o seu desejo de aderir a uma organização, mas indicaram não existir nenhuma na sua área. Em linha com isto, o estudo revelou também que existe muito pouco acesso a plataformas que permitam a troca de conhecimentos e práticas entre os agricultores(as).

Encontramos ainda **indicações de vulnerabilidade na deficiente integração das culturas com o gado, o que revela uma forte dependência de factores de produção externos, nomeadamente rações e fertilizantes.** A falta de oportunidades e de trabalho condigno para os jovens na actividade agrícola é evidenciada pela elevada emigração e vontade de abandonar a actividade dos pais e avós. O bem-estar dos animais aparenta ser ainda uma preocupação secundária para a maioria dos agricultores. **A agricultura em Odemira evidencia uma ligação deficiente aos consumidores, com uma dependência significativa dos intermediários,** e uma dependência relativamente elevada dos agricultores e suas famílias dos produtos provenientes do exterior das suas comunidades. Há também **uma visível falta de apoio mútuo entre produtores,** em parte provocada pelo isolamento geográfico.

**No que diz respeito à resiliência, os agricultores(as) revelaram uma baixa capacidade de adaptação às alterações climáticas, tanto do sistema de produção como dos próprios agricultores.** Ademais, as pessoas entrevistadas queixaram-se do decréscimo dos seus rendimentos apesar da manutenção do nível de produção, devendo-se à conjuntura actual com um aumento dos preços dos factores de produção não acompanhado do aumento dos preços aos produtores. Por fim, o acesso a crédito e seguros, um importante indicador de resiliência económica, social e climática por permitir o investimento em soluções de mitigação, é muito limitado para a maioria dos produtores, estando estes dependentes da solidariedade das suas comunidades.

Porém, **os produtores(as) também demonstraram forças e potencial.** Regra geral as pessoas entrevistadas: **integram razoavelmente a produção agrícola com árvores; autoproduzem boa parte das sementes que utilizam e adquirem a maioria dos animais localmente; conseguem comercializar a totalidade ou parte dos seus produtos localmente; têm razoável acesso ou posse de conhecimentos agroecológicos e estão de algum modo interessados em agroecologia; continuam conectados(as) com as suas comunidade locais participando em eventos organizados por colectividades e autarquias e identificam-se com uma cultura tradicional local; mostram uma boa diversidade de culturas e árvores e outras perenes; aplicam práticas como a cobertura de solos e as rotações de culturas para preservar os solos.** Notou-se adicionalmente um bom conhecimento de práticas alternativas à aplicação de fitofármacos, sendo que a maioria evita a aplicação destes produtos de síntese. A maioria recicla de alguma forma a biomassa produzida na sua exploração e regra geral também os outros resíduos. Não se observou fome entre as pessoas entrevistadas no concelho de Odemira, todos tinham acesso a alimentos diversos e nutritivos, e conseguiam em grande medida suprir as suas necessidades alimentares com a produção agrícola. Os produtores(as) possuem formas diversas de poupar e conservar a água. Embora geralmente partilhassem que o trabalho era árduo, **estavam satisfeitos(as) com as suas condições de trabalho e sentiam-se habilitados(as) a tomar as suas próprias decisões. Os direitos das mulheres eram respeitados** em qualquer uma das tipologias e o seu empoderamento assegurado.

Tendo em conta que **todos os produtores(as) afirmavam participar de forma soberana na governança das suas terras,** este foi o segundo indicador com maior pontuação. No entanto, as pessoas entrevistadas **não tinham o mesmo sentimento em relação aos recursos comuns (como a água), sobre a gestão dos quais sentiam-se impotentes.** E apesar de achar que possuíam direitos consagrados, nem sempre consideraram que estes fossem respeitados.

Em conclusão, **para alcançar sustentabilidade/ transição agroecológica num determinado sistema é essencial reunir pontuações elevadas em todos os dez critérios de sustentabilidade.** Neste contexto, os sistemas alimentares avaliados no presente estudo podem ser considerados como tendo progredido razoavelmente na sua transição agroecológica, com os sistemas proto-agroecológicos a assumirem a liderança. Para os outros sistemas, tradicionais e convencionais/industriais, há espaço para melhorias por diferentes razões.

# Principais desafios do sistema agroalimentar

Através de uma análise colectiva do agro-território de Odemira foram identificados os pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças bem como os principais problemas que assolam os sistemas alimentares e agrícolas de Odemira, e apuradas as causas e consequências dos três principais problemas, na óptica de uma diversidade de actores locais.



## Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)

- Sentimento de relação com a terra
- Território muito vasto com muita terra disponível
- Persistência de alguma agricultura tradicional e de uma identidade camponesa e rural
- Pouca indústria pesada ou poluição
- Diversidade humana e de actividades (e.g., neo-rurais com visão regenerativa)
- Repovoamento com comunidades migrantes que trazem ou constituem famílias
- Junção de sabedoria ancestral e conhecimentos contemporâneos
- Uso de sementes tradicionais
- Biodiversidade, um parque natural ainda preservado
- Novas cooperativas e novas formas de organização
- Novos serviços e negócios a nascer com a comunidade imigrante
- Clima com 2 períodos de produção

### Forças

- Cruzamento entre conhecimentos ancestrais e novos conhecimentos: modernizar de forma sustentável agricultores tradicionais
- Requalificação da zona de estufas
- Execução de estudos de impacto ambiental com consulta pública
- Reconversão de eucaliptais em florestas biodiversas
- Recuperação das linhas de água
- Criação de reservas de pesca
- Produção de energia solar de forma racional e descentralizada e acoplada aos sistemas agrícolas
- Eco-turismo (e.g., Rota Vicentina)
- Educação alternativa para jovens e adultos sobre sistemas alimentares
- Promoção de mercados locais e criação de comunidades de apoio à agricultura (AMAPs)
- Criação de massa crítica nos movimentos da sociedade civil para exigir a regulação da agricultura intensiva e a água
- Subsídios redireccionados para o mundo rural regenerativo
- Odemira como um laboratório regenerativo: dessalinização, cultivo de sequeiro, reflorestação, ...
- Criar diálogo (regenerativo) entre todos os actores da região

### Oportunidades

### Fraquezas

- Falta de apoio à organização (educação, apoio técnico, representação, acesso a mercados) dos pequenos produtores
- Falta de redes de pequenos produtores (e.g., cooperativas) e o desempoderamento dos mesmos
- Maus modelos de governança: poder e recursos concentrados numa minoria de empresas grandes, incluindo o acesso à terra e à água
- Agricultura baseada na exportação e não na soberania alimentar
- Escravidão moderna, migrantes em situação de vulnerabilidade
- Desinvestimento nos serviços públicos
- Perda dos processos colectivos em torno da alimentação e da vida rural
- Desaparecimento dos ofícios que dão suporte à vida rural
- Falta de fiscalização e de legislação para travar a expansão da agricultura intensiva
- Práticas agrícolas que erodem e poluem solo e água
- Falta de resiliência para lidar com subida dos preços para insumos
- Modernização não adequada às condições do território
- Abandono das terras
- Dependência do exterior para produtos e insumos

### Ameaças

- Dominância do eucalipto nas serras
- Monoculturas e cultura intensiva causam desertificação e poluição
- Desarborização
- Poucos jovens locais a quererem continuar nos passos dos pais
- Êxodo rural
- Alterações climáticas
- Esgotamento da água (devido a alterações climáticas + má gestão)
- Exclusão dos pequenos produtores do acesso à água
- Corrupção administrativa
- Desaparecimento das práticas conhecimentos tradicionais
- Instalação de mega projectos, e.g., mega centrais fotovoltaicas, projectos de mineração e exploração de petróleo e gás
- Perda de solo fértil, sementes e biodiversidade, desertificação
- Pressão de mercados globais, processos neo-feudais e de gentrificação
- Subsídios e políticas europeias desadequados às condições socio-edafo-climáticas locais
- Açambarcamento de terras por parte de empresas multinacionais
- Competição por recursos entre agronegócio, turismo e pequena agricultura
- Choque cultural entre migrantes e residentes
- Violações de direitos humanos
- Subida de preços devido à migração (desvio de casas e serviços para migrantes)
- Potencial de colapso do agronegócio no litoral perante a falta de água

Os pontos fortes apresentados pelos actores locais relacionam-se principalmente com a existência de um tipo de produção mais tradicional/ biológico. A sua sobrevivência nos dias de hoje proporciona ao agro-território uma persistente sensação de ligação à terra e uma identidade ainda relativamente tradicional e camponesa, da qual a preservação de sementes tradicionais e a manutenção de hortas de subsistência são indicadores. A isto, acrescentam-se as vantagens de um vasto território com muita terra disponível, bem como o desenvolvimento de uma nova diversidade em termos de população imigrante. Esta última actua como um “caldeirão cultural” que está a conduzir a novas formas de organização, incluindo novas cooperativas e diferentes formas de envolvimento com diversas realidades rurais.

Em termos de oportunidades do agro-território, emergiram três dimensões:

**Dimensão climática:** as alterações climáticas podem ser consideradas uma oportunidade para fomentar relações melhores e mais saudáveis com a produção alimentar, tais como o desenvolvimento de estratégias para a agricultura alimentada pela chuva ou a experimentação da dessalinização, o combate aos processos de desertificação e o aproveitamento das duas épocas anuais de produção em Odemira.

**Dimensão ambiental:** foram identificados três grupos de oportunidades: **i)** aumento de investimento em investigação e desenvolvimento, por exemplo, conduzir avaliações de impacto ambiental, desenvolver Odemira como laboratório regenerativo, fazer investigação independente sobre o solo e a vida marinha, investir em oportunidades de tecnologia social que pode capacitar e modernizar as pequenas/ tradicionais explorações agrícolas; **ii)** apostar em 3 R's - recuperação, requalificação e reconversão, por exemplo, a requalificação da zona de estufa, reconversão das monoculturas de eucalipto em florestas biodiversas, recuperação de linhas de água; e **iii)** agir na área da conservação, por exemplo, criar uma reserva de pesca, recuperar as linhas de água, proteger a biodiversidade do Parque Natural.

**Dimensão socioeconómica:** existem oportunidades para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para a região, não apenas na área do eco-turismo. Inegavelmente, os sistemas agrícolas podem produzir bem-estar de forma horizontal. Para tal, algumas mudanças vitais precisam de ser implementadas, tais como subsídios para iniciativas regenerativas rurais, promoção de mercados locais e da agricultura apoiada pela comunidade (AMAP). Há necessidade de capacitar os produtores locais, particularmente os interessados em produzir de forma mais sustentável. Isto poderia ser conseguido através da promoção de educação alternativa combinando conhecimentos ancestrais e modernos dos sistemas alimentares, tais como técnicas tradicionais de preservação de sementes e produção descentralizada de energia solar nas explorações agrícolas. Idealmente, isto envolveria o diálogo com e a cooperação entre diferentes actores do sistema alimentar, incluindo empresas transnacionais e movimentos da sociedade civil. Foi igualmente salientada a necessidade de assegurar mecanismos de protecção, tais como um fundo obrigatório para desmantelar actividades agrícolas intensivas em caso de falência.

**Na lista das fraquezas do agro-território surgem sobretudo as consequências do recente e rápido desenvolvimento da agricultura industrial intensiva e do turismo de massa.** As externalidades associadas a estas actividades incluem relatos de escravidão moderna, tráfico humano, habitações escassas e sobrelotadas, e condições de trabalho geralmente más para os trabalhadores agrícolas. Alguns dos actores locais afirmaram que, porque o município não está preparado para o actual fluxo migratório em termos sociais e institucionais, o tráfico e exploração de pessoas estão “fora de controlo” e os preços para habitações, serviços e mesmo bens de primeira necessidade sobem em flecha. Exemplos de fragilidades são ainda a falta de apoio do governo nacional, ineficiências institucionais como a falta de inspecção ou controlo e mecanismos legislativos para limitar a corrupção e as actividades opacas das agências de emprego temporário.

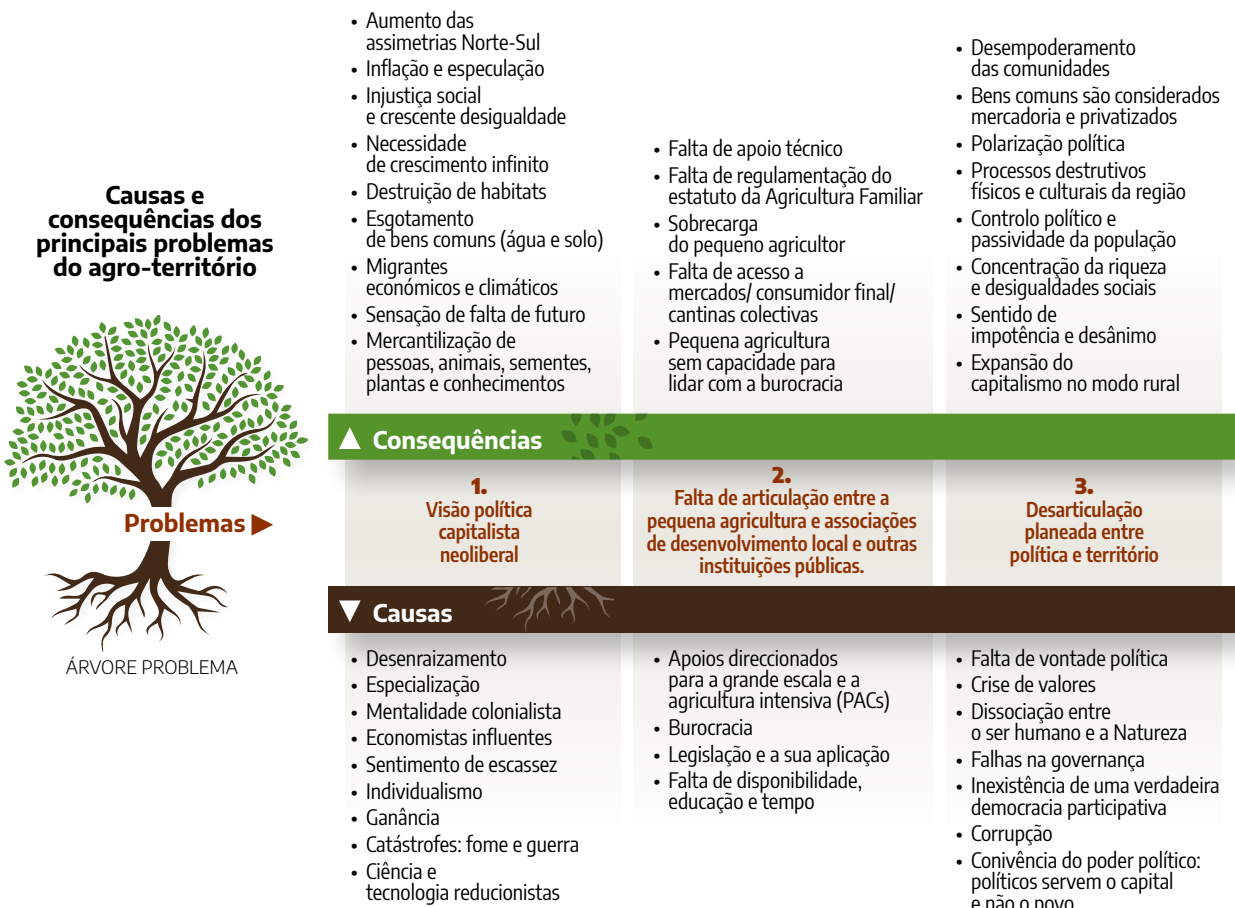
Outras fraquezas importantes são a falta de apoio, a fragilidade, e a insuficiência de mecanismos de acesso e controlo de terras e recursos para os pequenos produtores/ produtores tradicionais. O contínuo desinvestimento em serviços/ infraestruturas locais e a monopolização do investimento em agroindústrias transnacionais estabeleceram uma tendência de privatização e má gestão dos recursos naturais. Estas assimetrias de poder criaram uma falta de visão a longo prazo, dando prioridade às necessidades do mercado, gerando assim uma perda de mecanismos colectivos, enfraquecendo ou eliminando a soberania alimentar, e aumentando o abandono das terras.

Finalmente, as principais ameaças identificadas relacionam-se principalmente com questões socioeconómicas/ sociopolíticas e ambientais. Especificamente, foram apontadas ameaças relacionadas com a globalização económica neoliberal, tais como a vulnerabilidade da mão de obra constituída sobretudo por migrantes económicos, a falta de mecanismos de protecção e a marginalização dos pequenos agricultores e outros produtores tradicionais, a corrupção em posições de poder, e a erosão dos conhecimentos e práticas tradicionais. Esta última é uma expressão da transformação exigida por um modelo de mercado que favorece as monoculturas, a agricultura intensiva, a exploração mineira, e a exploração de gás e petróleo. A dominância do eucalipto, a exclusão dos pequenos agricultores dos sistemas de irrigação de água, a ameaça de contaminação plástica, e a perda de solo fértil, sementes, e biodiversidade foram todos considerados altamente problemáticos pelos actores locais.

Num segundo exercício, os actores foram convidados a identificar e depois classificar os principais problemas nos sistemas alimentares e agrícolas de Odemira. Isto resultou na seguinte lista ordinal:

1. Visão política capitalista neoliberal
2. Falta de articulação entre a pequena agricultura e associações de desenvolvimento e outras instituições públicas
3. Desarticulação planeada entre política e território
4. Não-reconhecimento da função social e ecológica da terra e da Natureza
5. Bens comuns como mercadoria (água, solo, sementes)
6. Desempoderamento dos modos de vida rurais
7. Convivência e corrupção do poder local
8. Alimento como mercadoria
9. Dominância da monocultura

No último exercício, os actores locais foram convidados a eleger os três problemas principais do agro-território e debater as principais causas e consequências para cada um deles. O resultado é apresentado abaixo.



Os resultados da reflexão colectiva dos actores agroalimentares de Odemira participantes no estudo sublinham as assimetrias que existem entre visões divergentes: uma que apoia e moderniza a agricultura em pequena escala e tradicional dentro de agroecossistemas saudáveis e outra que sustenta a expansão da agricultura industrial intensiva, aumentando os lucros para alguns,

criando encargos para todos os outros. Estes resultados favorecem fortemente a capacitação dos produtores deixados para trás na industrialização dos sistemas alimentares e agrícolas de Odemira, bem como a diversificação das culturas, a regeneração das terras, e arranjos económicos alternativos que favoreçam os pequenos agricultores.

Observa-se um desejo veemente de mudança de sistemas, desde a reconexão com a Natureza e o respeito pelos limites impostos pelas realidades locais até à exploração de mais mecanismos de desenvolvimento sustentável baseados na protecção dos direitos humanos, empoderamento da comunidade, justiça social, e redistribuição da riqueza.



# Imaginar o Futuro Agroalimentar de Odemira

## Recomendações políticas

No seguimento dos resultados do Diagnóstico Rural Participativo de Odemira 2022, foi lançado o desafio a cerca de 30 representantes de actores locais (e.g., associações locais, ecologistas, movimentos da sociedade civil, agricultores/as, representantes políticos, jovens rurais) de co-construir o futuro dos sistemas agroalimentares em Odemira. Propôs-se uma reflexão sobre cenários futuros num horizonte a 5 anos, bem como as acções, iniciativas e políticas necessárias para atingir o cenário mais consensual, auxiliando-se das seguintes macro-variáveis chave:

### MACRO-VARIÁVEIS DO SISTEMA AGROALIMENTAR

- Água
- Visão política
- Acção do governo local
- Organização dos/as produtores/as
- Agricultura camponesa
- Poluição
- Habitação
- Alterações climáticas
- Intervenção da sociedade civil
- Legislação, fiscalização e burocracia
- Mega projectos extractivistas
- Agricultura industrial
- Serviços públicos
- População

Com base nas ilações deste exercício de co-construção e das conclusões do Diagnóstico Rural Participativo, surge um roteiro para a mudança do sistema agroalimentar de Odemira.

## Ensaio de cenários futuros

### CENÁRIO PROVÁVEL

Na projecção do presente para o futuro, duas variáveis surgiram como determinantes:

#### A disponibilidade da água

É esperada uma diminuição da precipitação e do nível da água na barragem e lençóis freáticos. Causará mais seca, mais incêndios e aumenta o risco de erosão do solo devido aos fenómenos extremos. Apesar de alguma expectável adaptação haverá desigualdades nesta capacidade: as grandes empresas conseguem reduzir consumos mas irão explorar outras vias de captação menos ecológicas como o aumento dos furos e a aposta na dessalinização.

#### A persistência de uma visão política neoliberal

Os reflexos sentidos com o aumento da agricultura intensiva no território poderão não travar as ambições do governo e grandes empresas de continuar o crescimento nessa área, bem como a aposta na exportação e no investimento na exploração extractivista. Isto manterá a pressão nos ecossistemas com a consequente poluição, escassez de água e captação de recursos essenciais por uma elite. Ao continuar este caminho, haverá ainda repercussões nos serviços públicos (sob pressão do aumento populacional), nos preços dos produtos e serviços básicos, no acesso à habitação, e ainda na caracterização da população (com uma maioria dos trabalhadores provenientes da Ásia). É adicionalmente expectável o decréscimo continuado da agricultura de base camponesa. Por outro lado, podem ser esperados pelo menos dois tipos de reacção da sociedade civil:

- poderá, face às dificuldades sentidas, optar por sair da sua apatia e organizar-se melhor, pressionando o governo local para atenuar as consequências da aposta industrial.
- as pessoas marginalizadas dos territórios em situação de vulnerabilidade correm um risco de instrumentalização caso se dê uma viragem política à direita.

### CENÁRIO DESEJADO

Ao imaginar um futuro agroalimentar mais são e justo, surgiram as seguintes variáveis:

**Água como bem comum:** Não só a gestão da água deve melhorar (captação de águas pluviais, criação de sistemas de retenção e rega eficientes, gestão da paisagem para aumentar a infiltração) como é necessário que todos/ as entendam o ciclo da água e assumam responsabilidade pela sua utilização, colaborando assim para a consagração da água como bem comum e direito básico.

**Gestão da paisagem e biodiversidade:** Dar primazia a práticas agrícolas e paisagísticas que promovam a biodiversidade como as agroflorestas e a re-florestação (as árvores criam sombra e estimulam a precipitação). Dissuadir ou proibir a produção de monoculturas em grande escala, reduzir ou eliminar a produção de cultivos que dependam de irrigação intensiva como o abacate e os frutos vermelhos.

**Agricultura comunitária, rentável e enraizada na Natureza:** a aposta deve ser na soberania alimentar local: uma agricultura organizada localmente (num raio de 10 km), em torno de cooperativas e AMAPs, mercados locais e produção e consumo sazonais. Desta forma promover-se-á comida de qualidade e ecológica a um preço justo e partilha de ferramentas, espaços e pontos de venda entre produtores/ as.

**Políticas conscientes:** políticas ágeis, colaborativas e não-burocráticas, com consciência dos impactos da actividade humana na Natureza, são críticas para atingir uma dimensão de agricultura comunitária. Exemplos disto são: autorização do abate de animais na quinta, subsídios à produção local, pequena e familiar, aplicação de taxas a produtores que recorram a produtos tóxicos cujas receitas revertam para um fundo para apoiar quem cuide da terra/ ecossistemas. Igualmente importante são políticas que implementem o direito à água, habitação e serviços públicos básicos.

**Educação consciente e crítica:** factor facilitador de todos os outros ao formar cidadãos/as que entendam o ciclo da água, saibam como se produz a comida, tenham consciência dos impactos das actividades humanas, e nutram uma visão holística do território em que vivem e os desafios que enfrenta. Esta visão comporta uma mudança de paradigma que olha o mundo como um habitat a proteger.

**Sociedade civil activa:** apoiada pela educação consciente, crítica e radicada nas comunidades do território, a sociedade civil sentir-se-á mais capaz de criar uma visão comum e transmiti-la aos poderes políticos, exigindo direitos básicos e mudanças vitais.



## Roteiro para a mudança

### DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR

- Fomentar uma tomada de consciência política e aplicação activa dos **direitos humanos básicos**, como o direito à não-discriminação, à não-exploração, a um padrão de vida adequado, a serviços de saúde e a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Em particular, face ao aumento exponencial da mão de obra temporária estrangeira, deve existir uma **fiscalização activa de situações de exploração, discriminação e violação das condições dignas de trabalho e alojamento**.
- Aplicar o **direito ao trabalho e a uma remuneração justa** à agricultura de pequena escala, familiar e/ou tradicional, por exemplo, estabelecendo preços justos e facilitando o acesso da agricultura de pequena escala ao abastecimento público (e.g., cantinas públicas).
- **Fortalecer a soberania alimentar** dos habitantes do território conforme acordado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da População Camponesa (UNDRP): “o direito de definir seus sistemas de alimentação e agricultura e o direito à alimentação saudável e culturalmente apropriada produzida através de métodos ecologicamente correctos e sustentáveis que respeitem os direitos humanos”.
- Fazer da **agricultura de pequena escala, familiar e/ou tradicional** o centro do sistema agroalimentar local e regional, redesenhando as políticas agrárias para favorecer a sua prosperidade e modernização sustentável.

- Criar **mecanismos de inclusão**, incluindo instituições, departamentos ou programas preparados para apoiar a população mais marginalizada e/ou em situação de vulnerabilidade: agricultores/as pequenos/as e tradicionais, trabalhadores rurais, migrantes agrários, mulheres rurais e jovens rurais.
- Assegurar que a agricultura pequena/ familiar/ tradicional e os trabalhadores rurais, incluindo migrantes, tenham **acesso aos recursos naturais** necessários a uma vida digna, em conformidade com a declaração UNDRP.
- Promover **programas de acesso à terra** para dar oportunidade a quem a quer trabalhar.
- Exercer, com os actores sociais, uma governança do território justa e sustentável, criando mecanismos para aplicar o **direito à informação atempada** sobre actividades/ projectos que possam afectar as pessoas e à **participação pública nas decisões de planeamento** e gestão dos mesmos.
- Garantir **informação contínua** relativa ao estado da biodiversidade, qualidade dos solos, estado da água e contaminação por pesticidas e herbicidas pertinente para a zona e **acessível para todos**, incluindo para os 39% da população de Odemira que é estrangeira.

### TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

- Dar **prioridade política**, institucional e a nível de investimento à **produção local** (num raio de 10km) e **sazonal** para que seja depois complementada com outros produtos regionais, nacionais ou internacionais.
- **Promover a economia solidária** e de circuitos curtos, apoiando a criação de cooperativas e Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAPs) bem como sistemas de cabazes e mercados de produtores/as em cada freguesia.
- Criar departamentos ou **centros de apoio técnico descentralizados** para apoiar a modernização sustentável da produção de pequena escala/ familiar/ tradicional.
- Promover, ensinar e apoiar a **instalação de agroflorestas e sistemas agro-silvo-pastoris**. Estes são os sistemas mais diversos e completos e com maior potencial de sustentabilidade ecológica, social, económica e cultural.
- **Reconhecer as variedades de plantas e raças autóctones** como base fundamental para uma transição agroecológica e proteger o seu **livre uso, troca e venda**.
- Criar um **núcleo PROVE** em Odemira e promover campanhas no concelho como a iniciativa Km0.
- **Rever as soluções energéticas** tendo em conta as promessas da União Energética Europeia: favorecendo a produção de energia descentralizada e comunitária sobre mega projectos, criando incentivos e directivas para a produção de energia renovável.
- Colocar uma **moratória na expansão da agricultura industrial intensiva** enquanto não for feita uma avaliação de impacte ambiental, social e económico amplamente participada.
- Colocar igualmente uma **moratória na expansão das grandes superfícies alimentares** enquanto se aposta no fortalecimento dos circuitos curtos.
- Instituir programas de **compostagem municipal**, um elemento crucial para fechar os ciclos de produção numa agricultura sustentável.
- Criar **viveiros comunitários** para a preservação de variedades tradicionais, incluindo espécies florestais autóctones.
- Criar infraestruturas e **equipamentos comunitários** de apoio ao **processamento e transformação de alimentos**, como cozinhas industriais e um matadouro municipal.
- Fortalecer a **colaboração entre produtores** através da criação de redes, grupos de auto-ajuda, cooperativas e associações, preferencialmente com o apoio do município e/ou freguesias.
- Criar **comunidades de prática em torno de técnicas sustentáveis**, estimulando a co-criação e partilha de conhecimentos de ecologia e de combate às alterações climáticas e apoiando produtores em fase de conversão.

### GOVERNANÇA INCLUSIVA E EFICIENTE DA ÁGUA

- Acabar com as **práticas de gestão privada da água** em Odemira. A água é um bem comum e deve ser gerida ao nível da comunidade que dela depende.
- Estabelecer mecanismos para **garantir o direito à água** e o seu acesso equitativo, justo e sustentável.

- Melhorar a fiscalização contínua da **qualidade da água** no território, informando a população dos resultados.
- Promover **sistemas de rega e captação eficientes**, incluindo a captação das águas da chuva. Recuperar fontes antigas. Espalhar **boas práticas de poupança de água**, aproveitando as melhores técnicas tanto ancestrais como modernas.
- Estudar e implementar **soluções de gestão da paisagem** (valas à curva de nível, charcas, pequenas barragens, “keyline”) que facilitem a melhor infiltração da água no solo e a descentralização do acesso à água.

### SOLIDARIEDADE E REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Criar ou **reforçar instituições públicas** (escolas, centros de saúde, conservatórias, serviços de apoio social) adequando-as ao actual perfil da população do concelho, incluindo o apoio ao imigrante.
- Melhorar a **rede de transportes públicos**, fomentando assim a mobilidade justa e sustentável da população.



### ACÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- Fomentar a solidariedade e **proximidade entre produtores e consumidores**, através da expansão de AMAPs, de sistemas de entrega de cabazes e de mercados locais de produtores.
- **Sensibilizar a população não-agrária** através de iniciativas como almoços populares preparados com produtos locais, aulas de cozinha local e saudável, visitas a e/ou dias de ajuda em quintas de agricultores, a plantação de árvores, etc.
- Organizar a sociedade civil para **pressionar governos** locais, regionais e nacionais para **travar o crescimento da agricultura intensiva**—em particular a expansão do modelo de estufas—pedir medidas de combate à poluição, exortar o cumprimento do direito à água, evitar a instalação de mega projectos de extractivistas e exigir informação atempada sobre as questões do território.
- Organizar um **Manifesto Rural para Odemira**, construído pela comunidade de modo inclusivo e com o apoio da autarquia, que indique de forma vinculativa as medidas para o futuro são e justo do território.

### APOSTA NA EDUCAÇÃO

- Fomentar, para todas as idades, uma **educação mais consciente da questão agroalimentar**: saber o que estamos a consumir, de onde vem, quem produz e como, bem como o seu impacto na Natureza.
- Motivar mais alunos para **enveredar para a área agroalimentar** através de parcerias com produtores ou cooperativas/ associações.
- Instituir programas de **ensino sobre práticas de sustentabilidade** nas escolas, por exemplo através de cooperações com ONGs e universidades.
- Promover **visitas de estudo** a projectos agrícolas ecológicos ou em regeneração tanto para escolas como para produtores e consumidores interessados.
- Fomentar novas oportunidades de **investigação-acção em práticas sustentáveis** e na adaptação e mitigação às alterações climáticas, onde escolas, universidades, associações e redes, projectos experimentais e produtores se podem juntar numa comunidade de aprendizagem.